

Concurso Público para provimento dos cargos do quadro de pessoal Técnico-Administrativo em
Educação da UFSCar – 2026

PEDAGOGO

CADERNO DE QUESTÕES 22/03/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

O pássaro cantou hoje de manhã.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

CONCURSO PÚBLICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 04**.

Texto 1

Mulheres falam demais

Em nossa sociedade, parece haver o mito de que “as mulheres falam demais”. Mas o que isso quer dizer, exatamente? Será que as mulheres fariam mais que os homens e, por isso, “falam demais”? Ou será que elas simplesmente falam mais do que deveriam falar? Será que haveria uma comparação quantitativa entre a fala de homens e de mulheres para ver quem fala mais? Será que haveria um ideal de fala feminina, uma pretensa “quantidade máxima de fala” “normal” para as mulheres? Essas indagações mostram, na verdade, dois mitos que podem ser facilmente desconstruídos.

Começemos pela indagação: As mulheres falam quantitativamente mais que os homens? Essa pergunta pode ser pensada por dois vieses: o primeiro é o biológico; o segundo, cultural. Será que biologicamente a mulher está programada para usar mais a fala que o homem? A anatomia humana demonstra que a estrutura cerebral e cognitiva de homens e mulheres é idêntica, não havendo possibilidade de distinguir um dos sexos como “aquele que fala mais”, “aquele que fala melhor” ou “aquele que pode produzir mais frases por dia”. Não encontramos nenhuma evidência de natureza biológica que possa sustentar o mito de que “a mulher fala mais que o homem”.

Se o mito não encontra nenhum suporte na biologia, será que há aspectos culturais que levam as mulheres falarem mais que os homens? Alguns estudos realizados em culturas ocidentais próximas à nossa (cf. Lakoff, 1975; Tannen, 1991, 1993, 1994; Holmes, 1998, 2013; Holmes; Mayerhoof, 2008; Onnela *et al.*, 2014, entre outros) têm apontado que os homens – sim, os homens – falam mais que as mulheres, especialmente em situações públicas, onde a posse da fala representa status. Os homens não apenas falam mais que as mulheres em situação de poder, eles também as interrompem com frequência, monopolizando a fala, como mostram estudos recentes (cf. Snyder, 2014; Robb, 2015). Isso, inclusive, levou à criação dos termos *mansplaining* e *maninterrupting*, em inglês. Se, por um lado, os homens falam mais que as mulheres em situações que envolvem poder, algumas pesquisas mostram que, por outro lado, as mulheres costumam falar mais em contexto privado e familiar (Tannen, 1991, 1993, 1994; Holmes, 1998, 2013; Onnela *et al.*, 2014). Em grupos constituídos por pares, em que normalmente não há status, as mulheres costumam ser mais loquazes. O mito parece então ter um fundo cultural. Parece que, em algumas culturas, há um “ideal de fala tácito” que as mulheres deveriam tentar atingir. Segundo esse ideal, elas devem “falar menos que os homens em situações públicas”. Portanto, nessas culturas, se uma mulher tem desenvoltura para falar em público, ela pode levar a fama de “falar demais”.

Chegamos, então, as seguintes conclusões: a) Não podemos afirmar, de maneira categórica, nem tampouco defender a ideia de que a mulher fala mais do que o homem. Como vimos, alguns estudos demonstram que, em contextos familiares e íntimos, as mulheres falam mais do que os homens. Contudo, quando a fala acontece em público, associada a status e poder, o homem não apenas fala mais que a mulher como também tende a não permitir que ela fale tanto quanto ele. b) Há nas sociedades como a nossa uma expectativa de que as mulheres falem menos do que os homens em situações públicas. Por estar situada numa estrutura social patriarcal, quando uma mulher se expressa “mais do que deveria” em público, ela pode receber julgamentos negativos.

OTHERO, Gabriel de Ávila. *Mitos de linguagem*. São Paulo: Parábola, 2017. p. 13-24. [Adaptado].

QUESTÃO 01

O Texto 1, considerando-se o modo de organização textual e o desenvolvimento do conteúdo temático, é construído a partir de uma tipologia

- (A) narrativa.
- (B) argumentativa.
- (C) descritiva.
- (D) expositiva.

QUESTÃO 02

No enunciado “Parece que, em algumas culturas, há um ‘ideal de fala tácito’ que as mulheres deveriam tentar atingir”, o termo “tácito” pode ser substituído sem prejuízo na textualidade e no sentido por

- (A) “importante”.
- (B) “patente”.
- (C) “tático”.
- (D) “implícito”.

QUESTÃO 03

Ao fazer uma citação, o enunciador pode, por meio de algum recurso discursivo, assumir um posicionamento de endosso ou de afastamento em relação ao conteúdo citado. São casos de endosso e de afastamento respectivamente:

- (A) “Se o mito não encontra nenhum suporte na biologia, será que há aspectos culturais que levam ‘as mulheres falarem mais que os homens’?”; “A anatomia humana demonstra que a estrutura cerebral e cognitiva de homens e mulheres é idêntica [...]”.
 - (B) “Não encontramos nenhuma evidência de natureza biológica que possa sustentar o mito de que ‘a mulher fala mais que o homem’”; “Alguns estudos realizados em culturas ocidentais próximas à nossa (cf. Lakoff, 1975; Tannen, 1991, 1993, 1994; Holmes, 1998, 2013; Holmes; Mayerhoof, 2008; Onnela *et al.*, 2014, entre outros) têm apontado que os homens – sim, os homens – falam mais que as mulheres [...]”.
 - (C) “Será que as mulheres fariam mais que os homens e, por isso, ‘falam demais’?”; “Se, por um lado, os homens falam mais que as mulheres em situações que envolvem poder, algumas pesquisas mostram que, por outro lado, as mulheres costumam falar mais em contexto privado e familiar (Tannen, 1991, 1993, 1994; Holmes, 1998, 2013; Onnela *et al.*, 2014)”.
 - (D) “Os homens não apenas falam mais que as mulheres em situação de poder, eles também as interrompem com frequência, monopolizando a fala, como mostram estudos recentes (cf. Snyder, 2014; Robb, 2015)”;
- “Em nossa sociedade, parece haver o mito de que ‘as mulheres falam demais’”.

QUESTÃO 04

No enunciado “Isso, inclusive, levou à criação dos termos *mansplaining* e *maninterrupting*, em inglês”, o operador argumentativo “inclusive” constrói um efeito de sentido de

- (A) especificação e paráfrase.
- (B) explicação e reformulação.
- (C) adição e ênfase.
- (D) contradição e intensidade.

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **05 a 07**.

Texto 2

Fome de água no berço das águas: Mulheres do Cerrado lutam por segurança hídrica e alimentar no bioma mais ameaçado do Brasil

Ludmila Pereira

O Cerrado passa por transformações profundas. As razões não são naturais, e sim atribuídas à expansão do uso industrial da terra, em atividades ligadas ao agronegócio. Esse modelo de exploração da terra acelera mudanças climáticas e reforça alterações regionais, gerando um ciclo maléfico de seca e de ameaça a populações já vulnerabilizadas, em especial as mulheres.

Um estudo publicado em 2024, na revista científica *Nature Communication*, mostra que o meio do Brasil – onde fica o Cerrado – passa pela seca mais severa dos últimos 700 anos. Outra análise, realizada por um grupo de pesquisadores do Instituto Cerrados e da Agência Nacional de Águas (ANA), mostra que o volume de água do Cerrado pode reduzir 34% até 2050. Devido à expansão agrícola, 90% das bacias hidrográficas do Cerrado podem diminuir o seu fluxo de água.

Os efeitos já são sentidos no campo e na cidade. Ligar a torneira e não encontrar o principal ingrediente para a primeira refeição do dia é desolador. Em casos como esse, as mulheres são as mais impactadas. Em geral, pesa sobre elas a responsabilidade de garantir água para a alimentação e para o cuidado da casa. Nesse contexto, mulheres, especialmente as mães solas, se tornam reféns de adoecimento e preocupação constante, como conta a quilombola Emília Costa durante um dos encontros da Articulação de Mulheres do Cerrado.

“O primeiro impacto que a gente sente das violações do Cerrado é em nossos corpos, justamente porque nós mulheres temos relação direta de cuidado e uma sensibilidade melhor para sentir as coisas benéficas e, infelizmente, também as mazelas que chegam até nós, em nossos territórios”, relata Costa, do Quilombo Santo Antônio do Costa, no Maranhão.

Disponível em: <https://diplomatique.org.br/mulheres-do-cerrado-lutam-por-seguranca-hidrica-e-alimentar-no-bioma-mais-ameacado-do-brasil/>. Acesso em: 18 fev. 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 05

Qual é o tema discutido no Texto 2?

- (A) Regulação da fronteira agrícola usada na produção de *commodities* como medida de combate aos efeitos das mudanças climáticas e como política pública indutora de igualdade social.
- (B) Crise hídrica no Cerrado decorrente de mudanças climáticas causadas pela expansão do agronegócio e seu impacto sobre a vida de mulheres em condição de vulnerabilidade social.
- (C) Impacto das atividades das indústrias de mineração sobre o equilíbrio do meio ambiente, considerando-se o aumento das atividades extrativistas e o risco de poluição de rios e do lençol freático.
- (D) Políticas públicas voltadas para a atenção de povos originários em situação de vulnerabilidade, com ações que visam garantir o acesso à água, a proteção do território e o combate à fome.

QUESTÃO 06

A expressão “no berço das águas”, presente no título do Texto 2, é construída a partir do uso de uma figura de linguagem denominada de

- (A) metáfora.
- (B) metonímia.
- (C) catacrese.
- (D) oxímoro.

QUESTÃO 07

Considerando-se o processo de progressão temática, o segundo parágrafo do Texto 2 é construído a partir de um recurso argumentativo baseado em

- (A) evidência por amostragem.
- (B) análise de dados estatísticos.
- (C) citação de discursos de autoridade.
- (D) comparação de elementos naturais.

Leia o **Texto 3** para responder às questões de **08 a 10**.

Texto 3**A importância do ato de escrever**

Ao escrever, vivenciamos um deslocamento da nossa interioridade para exterioridade: vamos do gesto da escrita para o gesto da leitura e voltamos, mais uma vez, para a (re)escrita. Assim, vivenciamos um movimento de ir e vir entre os atos de escrever e ler.

Escrever é revelar o que existe dentro do nosso mundo interno, e só podemos saber o que vai vir lá de dentro quando, de fato, escrevemos, pois se trata de um conhecimento que se completa com essa passagem do “dentro” para o “fora”.

Os atos de ler e de escrever (as palavras e o mundo) são imprescindíveis para se conhecer a vida, a sociedade e o próprio “eu”. Dessa forma, como a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra – como nos ensina Paulo Freire – e sempre está imbricada nesta, escrever a palavra, com marcas de autoria, exige de quem escreve uma postura ativa, própria de uma pessoa que se engaja, age e transforma o mundo. Escrevemos o mundo, escrevemos nossos dias, escrevemos nossos desejos, nossas crenças, nossas vontades e nossas ideologias todos os dias quando vivemos nossas vidas. É preciso ampliar esse olhar para o que é escrever, o que é ser autor/a, a fim de que possamos ter mais consciência das escolhas que fazemos ao produzir um texto. Quando assumimos uma postural autoral ativa, fazemos algo que vai muito além do que simplesmente preencher uma folha (ou uma tela) com palavras.

DIAS, Juliana de Freitas. *Leitura e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2023. p. 56. [Adaptado].

QUESTÃO 08

Defende-se, no Texto 3, a ideia de que ler e escrever

- (A) são ações negligenciadas na formação escolar, razão pela qual grande parte das pessoas que passaram pela educação básica permanece tendo dificuldade com a escrita.
- (B) constituem atividades interligadas que envolvem as palavras e o mundo, as quais são fundamentais para o autoconhecimento e para a compreensão e mudança da realidade.
- (C) constituem atos de formação fundamentais para o exercício pleno da cidadania, sendo, portanto, os elementos que indicam o quanto o *eu* está preparado para a vida pública.
- (D) são modos de interagir esteticamente com o mundo, por meio dos quais se pode expressar a beleza e a vastidão do universo, aderindo ao seu chamado por engajamento.

QUESTÃO 09

Considere o seguinte recorte: “Dessa forma, como a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra – como nos ensina Paulo Freire – e sempre está imbricada nesta, escrever a palavra, com marcas de autoria, exige de quem escreve uma postura ativa, própria de uma pessoa que se engaja, age e transforma o mundo”. Nesse trecho, o termo “nesta”, considerando o contexto de ocorrência, estabelece uma coesão referencial com

- (A) “Dessa forma”.
- (B) “leitura do mundo”.
- (C) “a palavra”.
- (D) “leitura da palavra”.

QUESTÃO 10

De acordo com a perspectiva adotada em *A importância do ato de escrever*, as marcas de autoria são alcançadas quando

- (A) o texto reflete a interioridade do autor e sua busca por mudar o mundo.
- (B) o autor evidencia domínio e profundidade no tratamento do assunto.
- (C) o texto traz saberes inovadores para um determinado campo de atuação social.
- (D) o autor apresenta um diálogo maduro e autônomo com suas fontes.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questões de 11 a 15****QUESTÃO 11**

Considere a proposição: “Todos os relatórios foram aprovados e nenhum documento apresentou inconsistência.” A negação lógica dessa proposição é:

- (A) algum relatório não foi aprovado ou algum documento apresentou inconsistência.
- (B) algum relatório não foi aprovado e nenhum documento apresentou inconsistência.
- (C) nenhum relatório foi aprovado ou algum documento apresentou inconsistência.
- (D) nenhum relatório foi aprovado e algum documento apresentou inconsistência.

QUESTÃO 12

Um capital de R\$ 10.000,00 foi aplicado a juros compostos, com taxa de 10% ao ano, durante dois anos. O montante acumulado ao final do período é:

- (A) R\$ 11.800,00.
- (B) R\$ 11.900,00.
- (C) R\$ 12.000,00.
- (D) R\$ 12.100,00.

QUESTÃO 13

Leia o caso a seguir.

Em um programa de capacitação, 220 servidores participaram de pelo menos um dos cursos oferecidos, podendo ser A, B ou C. Sabe-se que:

- 120 participaram do curso A;
- 110 participaram do curso B;
- 90 participaram do curso C;
- 50 participaram de A e B;
- 40 participaram de A e C;
- 30 participaram de B e C;
- 20 participaram dos três cursos.

O número de servidores que participaram exclusivamente do curso A é de

- (A) 30.
- (B) 40.
- (C) 50.
- (D) 60.

QUESTÃO 14

Uma equipe de 6 analistas elabora 18 relatórios em 4 dias, trabalhando 6 horas por dia, com produtividade constante. Mantidas as mesmas condições de produtividade, o número de relatórios produzidos por 8 analistas, trabalhando 5 dias, 9 horas por dia, será de

- (A) 36.
- (B) 45.
- (C) 48.
- (D) 54.

QUESTÃO 15

Leia o caso a seguir.

Os valores observados em determinado indicador são:

4, 6, 6, 8, 10

Deseja-se acrescentar um novo valor à lista, de modo que:

- a mediana permaneça igual a 6;
- a moda permaneça igual a 6;
- e a média diminua.

O maior número inteiro que satisfaz simultaneamente essas três condições é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**Questões de 16 a 20****QUESTÃO 16**

Uma organização pública implementou política de backup com as seguintes características: cópia diária incremental, cópia completa semanal e armazenamento das cópias em servidor externo à rede local. Em um incidente de *ransomware* ocorrido na quarta-feira, arquivos críticos foram criptografados após o expediente. Para restaurar os dados com menor perda possível de informações, a estratégia adequada consiste em utilizar a cópia

- (A) completa realizada na semana anterior.
- (B) incremental do dia anterior ao incidente combinada à última cópia completa.
- (C) incremental disponível, independentemente da data.
- (D) armazenada no servidor externo, sem considerar a periodicidade.

QUESTÃO 17

No Microsoft Excel, em sua configuração padrão para o idioma Português (Brasil), considere a fórmula =SE(E(A1>10;B1<5);A1*B1;A1+B1). Para A1 = 12 e B1 = 4, o valor retornado será

- (A) 8.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 48.

QUESTÃO 18

No contexto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), uma instituição mantém banco de dados com informações de servidores públicos para fins de gestão administrativa. Caso ocorra incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a organização deverá comunicar

- (A) o ocorrido aos titulares dos dados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- (B) o fato à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, mantendo registro interno da ocorrência.
- (C) o fato aos titulares, após a conclusão da investigação interna, caso seja indicada a necessidade.
- (D) o ocorrido aos titulares que formalizarem questionamento sobre eventual vazamento.

QUESTÃO 19

Em ambiente corporativo com múltiplos usuários, o controle de acesso baseado em privilégios mínimos tem como objetivo

- (A) conceder a usuários direitos administrativos ampliados para facilitar a execução de atividades operacionais.
- (B) impedir a instalação de qualquer software nos equipamentos institucionais.
- (C) centralizar o uso de credenciais compartilhadas entre equipes de trabalho.
- (D) restringir o acesso de cada usuário aos recursos necessários ao desempenho de suas funções.

QUESTÃO 20

Em ambiente organizacional que utiliza plataforma de armazenamento em nuvem com edição colaborativa, por exemplo OneDrive, o recurso de histórico de versões contribui para a governança documental ao permitir

- (A) substituir versões anteriores do documento durante o processo de edição colaborativa.
- (B) bloquear alterações realizadas por usuários com permissão de edição.
- (C) registrar alterações sucessivas e restaurar versões anteriores quando necessário.
- (D) restringir o compartilhamento do documento após sua primeira publicação.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO****Questões de 21 a 30****QUESTÃO 21**

Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a moralidade da Administração Pública não se limita à simples averiguação subjetiva, devendo ser acrescida finalidade pública. Sob essa ótica, o equilíbrio entre legalidade e finalidade pública

- (A) consolida a moralidade do ato administrativo como produto do esforço social coletivo.
- (B) autoriza a dispensa do interesse público em casos de extrema urgência ou calamidade pública.
- (C) permite ao gestor priorizar a eficiência financeiro-econômica em detrimento da legalidade estrita.
- (D) garante a imunidade disciplinar do servidor que agir seguindo diretamente ordem superior escrita.

QUESTÃO 22

No que tange ao federalismo definido pela Constituição Federal de 1988, a criação de um novo município, seja por fusão, incorporação, ou desmembramento, deve ser

- (A) precedida de lei complementar federal e estudo de viabilidade municipal.
- (B) precedida de lei ordinária estadual e estudo de viabilidade federal e estadual.
- (C) acompanhada por referendo local e lei municipal regulamentadora.
- (D) acompanhada de referendo estadual e estudo de viabilidade municipal.

QUESTÃO 23

Leia o caso a seguir.

Um estado da federação aprova a lei estadual ordinária que amplia as formas de pagamento dos planos privados de assistência à saúde e odontológica, ainda que com parecer contrário da procuradoria da respectiva câmara legislativa. Um partido político com representação no congresso nacional ingressa com ação do Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade dessa lei.

Conforme regras de repartição de competência definidas pela Constituição Federal de 1988 e jurisprudência, a referida lei estadual trazida no caso é

- (A) constitucional, ante a competência exclusiva do Estado para regular questões de saúde pública.
- (B) constitucional, ante a competência comum para regulamentar questões de saúde pública.
- (C) inconstitucional, porquanto a ampliação das formas de pagamento de planos privados é de competência privativa da união.
- (D) inconstitucional, porquanto a ampliação de formas de pagamento de planos privados de saúde deve ocorrer por lei complementar.

QUESTÃO 24

Leia o caso a seguir.

Um agente público edita e publica portaria sem assinatura do responsável legal pela confecção do ato. O agente responsável pelo ato normativo, ao perceber a falha, publica retificação da portaria contendo a sua assinatura.

No presente caso, o ato administrativo regulamentar (portaria) é

- (A) inexistente, porquanto o ato original estava sem assinatura do responsável legal.
- (B) inválido, porquanto o agente era incompetente para publicar o ato retificador.
- (C) legal, porquanto houve usurpação do poder regulamentar pelo agente público.
- (D) eficaz, porquanto apto para a produção de todos os efeitos pretendidos.

QUESTÃO 25

Constituindo uma novidade legal trazida pela Lei nº 14.133/2021, o diálogo competitivo, de inspiração europeia, é cabível na hipótese de necessidade de

- (A) especificações técnicas consagradas na literatura técnica.
- (B) inovação tecnológica ou técnica de vanguarda ou prospecção.
- (C) satisfação das necessidades comuns da Administração Pública.
- (D) realização de obras ou serviços básicos de engenharia.

QUESTÃO 26

Consoante as disposições da Lei nº 8.112/1990 acerca das formas de provimento e vacância, na hipótese de ocorrer a reintegração de um servidor estável em decorrência de decisão judicial que invalidou sua demissão, o eventual ocupante da vaga, desde que também tenha estabilidade,

- (A) deverá ser exonerado de ofício, tendo em vista que a nulidade da demissão do anterior ocupante opera efeitos *ex tunc*, desconstituindo o provimento posterior.
- (B) será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a qualquer indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- (C) fará jus à recondução ao cargo anteriormente ocupado, sendo-lhe assegurada a indenização pelos prejuízos financeiros decorrentes do deslocamento.
- (D) será obrigatoriamente colocado em disponibilidade com remuneração integral, até que ocorra o seu aproveitamento em cargo de atribuições e vencimentos afins.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

O Município X apresenta uma Receita Corrente Líquida (RCL) anual de R\$ 1 bilhão; o ente planeja adquirir uma nova frota de ambulâncias. Durante a execução dessa despesa, a administração municipal emite um ato que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

A partir do caso, o descrito estágio da despesa deve respeitar o limite do crédito orçamentário disponível, denominado

- (A) liquidação.
- (B) pagamento.
- (C) empenho.
- (D) lançamento.

RASCUNHO**QUESTÃO 28**

De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/1992 sobre o procedimento administrativo, caso uma representação destinada a apurar a prática de ato de improbidade seja rejeitada pela autoridade administrativa por não conter as formalidades legais, tal decisão

- (A) deve impedir que os mesmos fatos sejam levados ao conhecimento do Ministério Público para fins de investigação.
- (B) deve ser fundamentada e não impede a representação ao Ministério Público, nos termos prescritos pelo legislador.
- (C) gera a obrigatoriedade de instauração, pela autoridade, de ofício, de processo administrativo disciplinar, independentemente da falha formal.
- (D) gera a preclusão do direito de investigar o agente público pelos mesmos fatos nas esferas cível e administrativa.

QUESTÃO 29

Entre os vários princípios atinentes à atuação da Administração Pública frente aos particulares, o princípio que preconiza a limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos, é o princípio da

- (A) finalidade.
- (B) necessidade.
- (C) adequação.
- (D) transparência.

QUESTÃO 30

No modelo orçamentário brasileiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) funciona como um elo entre o planejamento estratégico de longo prazo e a execução financeira anual. Para além de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), a LDO tem como finalidade

- (A) instituir as normas gerais de direito financeiro e fiscal que regem a gestão patrimonial de todos os entes da Federação.
- (B) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento bem como dispor sobre critérios para a limitação de empenho.
- (C) definir as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes para um período de quatro anos.
- (D) estimar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro, detalhando os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento.

PEDAGOGO

Questões de 31 a 50

QUESTÃO 31

A ideia de que homens e mulheres deveriam ter igual direito à educação e acessar uma educação escolar em comum em instituições coeducativas é uma proposição arrojada no Brasil do início do Século XX. Todavia, compondo o ideário de uma escola unitária, a educação escolar comum entre homens e mulheres era uma das bandeiras de setores progressistas ligados à educação e à cultura brasileira daquele período, o que redundou na publicação, assinada por diversos intelectuais, entre eles Anísio Teixeira, de um documento que circulou nos jornais no ano de 1932 no qual se propunha a reconstrução da educação nacional. Tido como marco na construção efetiva da escola pública brasileira, o documento mencionado corresponde ao

- (A) Texto em Defesa da Educação Nacional publicado pela Ação Católica Brasileira (ACB).
- (B) Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.
- (C) Segundo Plano Nacional da Educação.
- (D) Programa de Reconstrução da Educação Confessional do Governo Vargas.

Leia o **Texto 4** para responder às questões **32 e 33**.

Texto 4

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos?

Paulo Freire. *Pedagogia da autonomia*. 21ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.33.

QUESTÃO 32

O excerto traz um breve trecho do livro *Pedagogia da autonomia*, de autoria de Paulo Freire, no qual o eminente educador trata do ensino e das tarefas da prática educativa. Considerando o que informa o excerto, a educação é um processo

- (A) operacional desprovido de motivos éticos.
- (B) instrucional politicamente neutro.
- (C) formativo indissociavelmente político.
- (D) técnico e político-partidário.

QUESTÃO 33

Conforme se pode ler no excerto, qual lugar deve ocupar os conteúdos de ensino no contexto do trabalho educativo?

- (A) A transmissão dos conteúdos de ensino deve ser considerado atribuição principal da escola, circunscrevendo sua ação educativa ao domínio científico.
- (B) O ensino dos conteúdos deve ser considerado um erro epistemológico e político, pois fere o processo de aprendizagem espontâneo e natural das crianças e jovens.
- (C) Os conteúdos de ensino devem ser assumidos como secundários no processo pedagógico, visto que a função essencial da escola é política.
- (D) Os conteúdos de ensino devem ocupar um lugar importante e ser, em proveito do processo pedagógico, articulados com os saberes experienciais dos alunos.

QUESTÃO 34

A Constituição Federal (CF/1988), em seu art. 207, estabelece que as Universidades são instituições que gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, qualificadas como instituições que devem promover, em caráter de indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme o mencionado artigo da Lei, além das Universidades, tais definidores e princípios se aplicam às

- (A) instituições de pesquisa científica e tecnológica.
- (B) organizações não-governamentais.
- (C) empresas e estabelecimentos comerciais, com ou sem fins lucrativos.
- (D) associações e entidades sindicais e suas respectivas escolas de formação.

RASCUNHO

QUESTÃO 35

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um importante documento no âmbito da educação brasileira, estando previsto textualmente na própria Constituição Federal de 1988 (CF/1988) que, em seu art. 214, diz sobre seis grandes ações a serem conduzidas pelos poderes públicos dos diferentes entes federativos sob os auspícios do PNE. Conforme o CF/1988, quais são as ações a serem conduzidas pelos poderes públicos tendo em vista efetivar o PNE?

- (A) 1) Eliminação da condição de analfabetismo e semianalfabetismo; 2) promoção do acesso irrestrito aos serviços de transporte, ao livro didático e à merenda escolar; 3) formação para a empregabilidade; 4) criação de um sistema nacional de avaliação de competências; 5; promoção da participação e cidadania; 6) Erradicação das barreiras de acesso ao Ensino Superior.
- (B) 1) Erradicação do analfabetismo; 2) universalização do atendimento escolar; 3) melhoria da qualidade do ensino; 4) formação para o trabalho; 5) promoção humanística, científica e tecnológica do País; 6) estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
- (C) 1) Universalização da Educação Básica; 2) acesso pleno à educação especial, conforme a necessidade de cada estudante; 3) formação continuada para os profissionais da educação; 4) universalização do Ensino Superior; 5) promoção de sistema nacional de avaliação da Educação Básica e da Educação Superior; 6) estabelecimento de, no mínimo, seis por cento do produto interno bruto a ser destinado à educação.
- (D) 1) Promoção do acesso à educação em todos os níveis e segmentos do ensino; 2) formação de competências para a sociedade do Século XXI; 3) preparação para o mercado de trabalho; 4) fortalecimento do sistema nacional de avaliação de competências; 5) criação de programas de formação (inicial e continuada) e modalidades de exame para docentes da Educação Básica; 6) estabelecimento de, no mínimo, oito por cento do produto interno bruto destinados à educação.

QUESTÃO 36

A Educação Infantil corresponde à primeira etapa da Educação Básica, atendendo crianças de até

- (A) três anos, em creches ou entidades equivalentes, e crianças de quatro até cinco anos, em pré-escolas.
- (B) três anos, em creches ou entidades equivalentes, e crianças de quatro até sete anos, em pré-escolas.
- (C) quatro anos, em creches ou entidades equivalentes, e crianças de cinco até seis anos, em pré-escolas.
- (D) quatro anos e dois meses, em creches ou entidades equivalentes, e crianças de quatro anos e três meses até seis anos, em pré-escolas.

Leia o **Texto 5** para responder às questões **37** e **38**.

Texto 5

No âmago de seu sistema psicológico encontra-se uma teoria do desenvolvimento ontogenético que é, em muitos aspectos centrais, uma teoria histórica e filogenética do desenvolvimento individual. Representa essencialmente uma cosmogonia da humanidade, em que as revoluções sociais e históricas libertam-se do papel coadjuvante na constituição do ser humano para tornarem-se protagonistas da revolução singular em cada homem. Por isso, suas principais ideias são demarcadas pelos sentidos de dialeticidade, dinamismo, metamorfose, historicidade e gênese social.

Desde as primeiras investigações, a linguagem é basilar no estudo sobre o desenvolvimento do pensamento e da consciência. O materialismo histórico dialético sustenta todo seu sistema teórico. A concepção psicológica vygotskiana é erigida a partir do confronto e da inter-relação, cujo movimento contínuo e ascendente desencadeia um vir-a-ser. Em síntese, a dinâmica de relação do homem com o meio social o modifica e modifica o meio; o desenvolvimento resulta do intercâmbio entre o que já está internalizado (relativo a funções psicológicas consumadas no psiquismo) e o que ainda está em processo de internalização (relativo à transformação e à elaboração de funções mais complexas e melhor sistematizadas); o pensamento e a linguagem são interdependentes, sua mútua relação origina o pensamento verbal; a aprendizagem e o desenvolvimento se formam na e pela dialeticidade. Portanto, toda a fundamentação teórica vygotskiana constitui-se por forças dialeticamente opostas, teses e antíteses que originam novos elementos, as sínteses, sempre provisórias. (p.110)

Alessandra Pimentel. A ludicidade na educação infantil: uma abordagem histórico-cultural. *Psic. da Ed.*, São Paulo, 26, 1º sem. de 2008, pp. 109-133.

QUESTÃO 37

O excerto trata da obra de Lev S. Vigotski, destacado psicólogo estudioso do desenvolvimento humano. Conforme se depreende do excerto, a obra de Vigotski fundamenta-se numa concepção teórica ampla, balizadora do quadro epistemológico e metodológico de suas investigações, cuja base está no

- (A) pragmatismo filosófico.
- (B) materialismo histórico - dialético.
- (C) racionalismo cartesiano.
- (D) positivismo lógico.

RASCUNHO

QUESTÃO 38

O tema do desenvolvimento humano, notadamente do psiquismo, ocupa um lugar central na obra de Vigotski. Conforme se pode ler no excerto, o desenvolvimento humano em Vigotski trata-se de um processo

- (A) dinâmico que conjuga funções biológicas naturais e funções psíquicas endógenas que se estabilizam com o tempo, atingindo seu apogeu na adolescência, momento no qual a linguagem, antes base para o desenvolvimento, passa à condição secundária.
- (B) interativo entre os indivíduos, no qual a aprendizagem joga um importante papel quando a criança e o adolescente passam por cada um de seus estágios de maturação orgânica, respeitando as funções cerebrais que comandam e impulsionam o desenvolvimento.
- (C) dialético entre o indivíduo e seu meio, sendo este concebido como social e histórico, e no qual a linguagem está na base da constituição do pensamento, da consciência e da aprendizagem.
- (D) complexo, no qual a filogênese e a ontogênese estão subordinadas a um princípio de desenvolvimento que é comandado pelo amadurecimento das funções biológicas naturais e suas predisposições em face ao meio.

QUESTÃO 39

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil comporta diversas especificidades relativas ao público-alvo de seu atendimento. No que concerne à avaliação do trabalho pedagógico, a questão é abordada diretamente no art. 31 da LDB/1996, estabelecendo que na Educação Infantil a avaliação consiste no

- (A) registro sistemático do processo pedagógico, tal como as demais etapas da Educação Básica, tendo em vista aferir a capacidade da criança em prosseguir para o Ensino Fundamental.
- (B) exame do desenvolvimento da criança, do ponto de vista cognitivo e emocional, mediante testes individuais de aptidão e preparação de salas especiais para as de menor desenvolvimento.
- (C) processo sistemático de identificação precoce e tratamento de problemas cognitivos que possam afetar a aprendizagem da criança e, pois, implicar sua retenção ao final da pré-escola.
- (D) acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

QUESTÃO 40

O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica. Assim como as demais etapas, ele possui características próprias e propósitos específicos, ambos expressos em suas finalidades. A LDB/1996 explicita essas finalidades, apontando em seu art. 35 que o Ensino Médio deve se propor

- (A) I – consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando [...]; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- (B) I – prosseguir com o estudo dos fundamentos técnicos, científicos e estéticos do conhecimento sistematizado; II – a formação para a autonomia e o empreendedorismo; III – o desenvolvimento de cidadania ativa e participativa na vida comunitária local e no plano maior da sociedade, o que envolve o disciplinamento político partidário, o engajamento solidário e o desenvolvimento de habilidades sociais; IV – o aprendizado dos princípios operacionais dos processos produtivos em suas diferentes modalidades.
- (C) I – formação humana ampla, compreendendo sua dimensão ética, estética, científica, técnica e política; II – a constituição da autonomia moral, calcada em valores e preceitos religiosos e culturais socialmente referenciados; III – a promoção de habilidades e competências correspondentes ao nível técnico-científico da sociedade contemporânea; IV – a dissociação entre teoria e prática nas formas de fazer e aprender, favorecendo um aprendizado significativo que possa reverberar na vida escolar e extraescolar dos educandos.
- (D) I – estabelecer um processo de ensino e aprendizagem contextualizado e significativo; II – a constituição da autonomia moral, calcada em valores e preceitos religiosos, étnicos e culturais socialmente referenciados; III – a promoção de habilidades e competências correspondentes ao nível técnico-científico da sociedade contemporânea; IV – a integração entre teoria e prática nas formas de fazer e aprender, favorecendo um aprendizado significativo que possa reverberar na vida extraescolar dos educandos e ser valorizada pelo mercado.

QUESTÃO 41

Leia o caso a seguir.

Em um município brasileiro situado na Região Norte, a secretaria de educação municipal elaborou uma nova proposta para as escolas da rede pública municipal cujo eixo principal das mudanças passava pelo currículo escolar. Assim, sem deixar de considerar as disposições da Base Nacional Comum Curricular, a proposta visava abertamente incorporar uma perspectiva de currículo que desse lugar à diversidade local (indígenas, população ribeirinha, imigrantes etc.) e, atenta às relações de poder, considerasse às questões de gênero, o problema do racismo, o tema da religiosidade e dos modos de vida da população.

Considerando o conjunto de características apresentadas, podemos afirmar que a ação empreendida por essa secretaria de educação se baseia numa perspectiva de currículo

- (A) técnico-instrumental.
- (B) multicultural.
- (C) tradicional.
- (D) apolítica.

QUESTÃO 42

Leia o caso a seguir.

Para a construção do projeto político-pedagógico, devemos ter claro o que se quer fazer e por que vamos fazê-lo. Assim, o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar.

Ilma Passos A. Veiga. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A (org). *As dimensões do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus, 2001. p.56.

O trecho acima coloca em destaque o tema do projeto pedagógico da escola, sublinhando em particular as exigências quanto à sua elaboração. A esse respeito, a LDB/1996, em seus artigos 12 e 13, fixa atribuições diretas à unidade escolar e aos docentes. Conforme a referida Lei, o estabelecimento de ensino

- (A) é uma instância mediadora entre a proposta pedagógica da rede de ensino e os usuários finais, cabendo à unidade escolar e seus docentes apenas a execução da proposta pedagógica elaborada pelas secretarias de educação.
- (B) deve executar a proposta pedagógica elaborada pela rede de ensino, sendo facultativa à participação docente e da comunidade, salvo em casos previstos em regulamentação específica.
- (C) tem atribuição expressa de elaborar sua proposta pedagógica e os docentes têm, nos mesmos termos, o dever de participar de sua elaboração.
- (D) pode apresentar sua própria proposta pedagógica, cabendo sua elaboração à direção da unidade escolar, sendo facultado ao docente participar ou não do processo de construção da proposta.

QUESTÃO 43

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Trata-se de um documento normativo da maior relevância, pois confere organicidade à interação entre diferentes entes federativos e promove ações sistemáticas e planejadas direcionadas à educação em seus diferentes níveis e modalidades. Composto por 20 metas, o PNE tem vigência de

- (A) sete anos e deve, a cada dois anos, ter a evolução de suas metas e estratégias aferidas pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- (B) oito anos e deve, a cada quatro anos, ter a evolução de suas estratégias aferidas pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- (C) nove anos e deve, ao final de cada ano, ter a evolução de suas metas e estratégias aferidas pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- (D) dez anos e deve, a cada dois anos, ter a evolução de suas metas aferidas pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

QUESTÃO 44

Um dos grandes desafios da educação em nosso país é a oferta da educação infantil, visto que a importante demanda da população por atendimento se conjuga com a atribuição da oferta desse segmento da educação aos municípios, muitas vezes dispondo de poucos recursos financeiros, técnicos e humanos. O Plano Nacional de Educação (PNE), disposto na Lei nº 13.005/2014, busca contribuir para o desenvolvimento positivo desse quadro. Nessa direção, a Meta 1 do PNE define a direção das ações e seus alcances no tocante à educação infantil, propondo universalizar, até

- (A) 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência do PNE.
- (B) 2017, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a seis anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 40% das crianças de até três anos até o final da vigência do PNE.
- (C) 2018, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 60% das crianças de até quatro anos até o final da vigência do PNE.
- (D) 2020, a educação infantil na pré-escola para as crianças de três até cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 80 das crianças de até três anos de idade até o final da vigência do PNE.

QUESTÃO 45

Leia o caso a seguir.

J.P.S. é diretora em uma escola de ensino fundamental da rede pública, na qual trabalha com turmas do primeiro ao quinto ano. Ela percebeu que um dos alunos, frequentemente vinha para a escola com hematomas nos braços, no tórax e na cabeça. Não parecia um caso esporádico, e J.P.S. buscou mais informações sobre a família da criança. Sua suspeita parece consistente: trata-se possivelmente de um caso de violência contra criança.

Tendo fortes indícios que este é um fato, e considerando o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente em seus artigos 13 e 56, a referida diretora deve comunicar o ocorrido

- (A) ao Conselho Escolar para que este notifique o Conselho Tutelar.
- (B) ao Conselho Tutelar para que este tome as medidas cabíveis.
- (C) ao coletivo da escola para juntos decidirem se devem comunicar outras instâncias sobre os fatos apurados.
- (D) aos pais ou responsáveis, pois são os principais interessados no bem-estar da criança e possuem sua tutela legal.

QUESTÃO 46

Em um país marcado por importantes níveis de desigualdade social, o poder público brasileiro instituiu com a Lei nº 12.711/2012 uma mudança substantiva no ingresso para a Educação Superior tendo em vista democratizar o acesso às Instituições Federais de Educação Superior (IFES). A referida Lei determina que uma parte das vagas disponibilizadas pelas instituições em seus cursos de graduação seja destinada aos candidatos provenientes de escolas públicas. Das vagas ofertadas pelas IFES, qual percentual deve ter tal destinação?

- (A) 40%, sendo cinquenta por cento delas destinadas aos estudantes oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1 salário-mínimo.
- (B) 48%, sendo cinquenta por cento delas destinadas aos estudantes oriundos de família com renda per capita igual ou inferior a 2 salários-mínimos.
- (C) 50%, sendo a metade desse percentual reservado aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 salário-mínimo per capita.
- (D) 58%, sendo cinquenta por cento delas destinadas aos estudantes oriundos de família com baixa renda e/ou pertencentes a grupos minoritários e socialmente vulneráveis.

QUESTÃO 47

Entre as tendências pedagógicas que tiveram importante lugar no campo pedagógico brasileiro, poucas tiveram tanta longevidade e presença como a tendência pedagógica tecnicista, marcando a educação brasileira desde a segunda metade do Século XX. A tendência pedagógica tecnicista caracteriza-se como uma perspectiva

- (A) moderna de educação que concebe o ensino como ação formativa voltada aos interesses da comunidade local. Trata-se de uma orientação educacional e pedagógica cuja característica central está em guiar-se por finalidades socialmente referenciadas, distanciando-se, portanto, de uma concepção estreita de educação que confere primazia aos meios em detrimento das finalidades do ensino.
- (B) progressista de educação que concebe o ensino como uma ação formativa que busca a autonomia e a emancipação dos sujeitos. A tendência pedagógica tecnicista busca conjugar os meios instrucionais e as finalidades sociais mais amplas da educação escolar, favorecendo o livre pensamento e o desenvolvimento intelectual do estudante.
- (C) crítica de educação que concede aos meios instrucionais um papel secundário no processo pedagógico. Na tendência pedagógica tecnicista, o objetivo da prática docente é se valer dos recursos tecnológicos disponíveis para construir um processo de ensino-aprendizagem significativo e conforme o interesse dos estudantes, favorecendo, pela atuação singular do professor, o engajamento do aluno.
- (D) liberal de educação que concebe o ensino como uma ação instrumental e a escola como tendo um papel funcional no sistema social. O processo pedagógico se configura como um processo de condicionamento cujo sistema instrucional (a ação docente, os meios empregados e o método) visa o controle do comportamento individual face aos objetivos que foram pré-estabelecidos.

RASCUNHO

QUESTÃO 48

Desde o final dos anos 1980 o tema da gestão democrática ganhou força na área da educação. Assim, quando em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi publicada, o tema foi tratado em diversos de seus artigos, como, por exemplo, o art. 56. É um tema complexo, pois envolve relações de poder e não segue sem controvérsias políticas. No tocante à Educação Superior, o referido artigo da Lei estabelece que as instituições públicas de Educação Superior obedecerão ao

- (A) princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos (com participação de segmentos da comunidade institucional, local e regional), sendo que os docentes devem ocupar setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado ou comissão.
- (B) quadro normativo da própria instituição, pois são entidades que gozam de autonomia universitária e, por esse comando constitucional, devem definir por elas mesmas se vão aderir ao princípio da gestão democrática e, fazendo-o, devem adotar e publicizar as formas de sua efetivação e a condição de participação dos docentes.
- (C) dispositivo de regulação elaborado pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação, com a definição das instâncias colegiadas e modalidades de participação da comunidade, sendo que em qualquer órgão colegiado, comissão ou instância coletiva de deliberação os docentes devem ocupar, no mínimo, cinquenta por cento dos assentos.
- (D) estatuto da própria instituição, resguardando o direito à autonomia universitária, compondo as instâncias deliberativas da política institucional por órgãos colegiados e comissões nos quais a comunidade local e regional possa ser integrada, sendo que os docentes devem ocupar cinquenta por cento dos mencionados órgãos colegiados e comissões.

RASCUNHO**QUESTÃO 49**

A organização da educação institucionalizada é matéria que varia muito conforme o país e a história de cada nação. No caso do Brasil, conforme a LDB/1996, a educação se organiza em

- (A) dois níveis, a Educação Básica, formada pela Alfabetização, Ensino Fundamental, Ginásio e Ensino Médio; e pela Educação Superior, formada pelos cursos de graduação e pelos cursos de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*.
- (B) dois níveis, a Educação Básica, formada pela Educação Infantil, pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio; e pela Educação Superior, formada pelos cursos de graduação e pelos cursos de pós-graduação, em suas diferentes modalidades.
- (C) três níveis, formados pela Educação Infantil, pela Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) e pela Educação Superior, esta composta pelos cursos de graduação e licenciatura, bem como pelos cursos de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*.
- (D) três níveis, compostos pelo ensino na Primeira Infância (formado pelas creches, alfabetização e anos iniciais de escolarização), pela Educação Básica (segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e pela Educação Superior, composta pelos cursos de graduação e graduação técnica, bem como pelos cursos de pós-graduação.

RASCUNHO

QUESTÃO 50

Instituído pela Lei nº 10.861/2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) configura um marco importante na política educacional brasileira. O SINAES abarca instituições

- (A) privadas confessionais e conveniadas, compreendendo que a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições físicas e estruturais da instituição, sua organização didática, pedagógica, sendo os estudantes avaliados mediante prova para aferição de desempenho elaborada por comissão mista formada por representantes locais e avaliadores externos.
- (B) públicas e, quando se tratar de instituições sem fins lucrativos ou filantrópicas, as instituições privadas, compreendendo que a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições físicas e estruturais da instituição, sua organização didática, pedagógica, sendo os estudantes avaliados mediante exame de desempenho no início, no decorrer e ao final do curso de graduação.
- (C) públicas e privadas, sendo que a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica ao passo que a avaliação dos estudantes é realizada pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.
- (D) públicas federais, estaduais ou municipais, e, eventualmente, a título facultativo, podendo incorporar as instituições privadas, sendo que a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições físicas e estruturais da instituição, sua organização didática, pedagógica e técnico-científica ao passo que os estudantes são avaliados por meio do Exame Nacional de Avaliação de Competências e Habilidades.

RASCUNHO**RASCUNHO**